



Alta pressão



**António
Domingues
Azevedo**

Bastonário
da Ordem dos
Técnicos Oficiais
de Contas

Resistir à mudança é uma característica atávica do nosso país e das nossas gentes. Sempre foi assim. Não é fácil fazer diferente, romper com o passado e ousar inovar sem criar descontentamento em muitas pessoas.

Encaro o “triumvirato” de reformas (IRC, IRS e Fiscalidade Verde) promovido por este governo com um misto de esperança e temor. Explico: o ato, só por si, de imprimir um espírito de reforma na arquitetura fiscal é um passo positivo. O pior é quando se fazem as reformas de forma desregrada e avulsa.

Não houve uma ideia integrada de reforma, tendo-se desprezado a unicidade e a coerência do sistema tributário. Deste pacote fiscal, para ser aplicado em 2015, constata-se que o sentimento de oportunidade prevaleceu sobre o sentimento estratégico. Acontece que esta perspetiva estratégica procura demonstrar, pela via retórica, que é amiga dos cidadãos e das famílias mas, na prática e no deve e no haver, a capacidade financeira dos cidadãos não vai seguramente melhorar, em consequência destas mexidas.

Já são demasiados os anos em que os contribuintes estão sob fogo cruzado da máquina fiscal. 2015 seria, previsivelmente, um ano de tréguas, até porque não é sustentável imaginar que se pretenda pedir eternamente às famílias que sejam elas a pagar a crise. Olhar para o recibo de ordenado tornou-se um exercício mensal de masoquismo para a esmagadora maioria dos portugueses, felizmente os que conservaram o seu emprego. Quem vive do seu trabalho continua a ser penalizado sem piedade e sem fim à vista.

Os números da execução orçamental até outubro reforçam a tendência que indica que o défice das contas públicas está quase a atingir o limite imposto pela troika para todo o ano, ultrapassando os 8 mil milhões de euros. Não fosse a “boleia” das receitas fiscais e o desempenho seria muito pior. Por seu turno, a despesa da administração central – que inclui ministérios, institutos e empresas reclassificadas – aumentou em termos homólogos 2,5 por cento nos primeiros dez meses do ano.

O que também quer dizer que os contribuintes pagam muito mais impostos, mas não é visível que os gastos públicos supérfluos, os desperdícios e a despesa duvidosa tenham sido erradicados. A reforma do Estado, a mãe de todas as transformações, ficou mesmo no tinteiro, não passando de um ímpeto inicial da maioria que governa. ■

Uma nota final para comentar a prisão preventiva decretada para José Sócrates. A justiça não pode fechar-se numa torre de marfim, nem transformar o seu trabalho num espetáculo para as massas. Quem deve, que pague, a provar-se culpa. Mas, até lá, exige-se bom senso, recato e uma boa comunicação. Sob alta pressão é como estão os impostos, a execução orçamental e a Justiça.

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Deste pacote fiscal, para ser aplicado em 2015, constata-se que o sentimento de oportunidade prevaleceu sobre o sentimento estratégico.